

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA SOCIEDADE GLOBAL. IDENTIDADES SOCIAIS:  
LOCAL X GLOBAL**

Célia Reis CAMARGO

**Resumo:** Este artigo discute o desenvolvimento dos modelos institucionais atuais de proteção do patrimônio cultural, apresentando alguns problemas que trazem novos sentidos aos trabalhos dedicados à memória social, especialmente em países como o Brasil. Criados com a construção do Estado Nacional esses modelos fundavam-se na idéia de cidadania e nos laços da comunidade nacional. A globalização das relações econômicas, sociais e culturais enfraqueceram o papel das nações como espaços privilegiados de coesão social provocando repercussões imediatas nas políticas de proteção ao patrimônio que, agora, precisam ter foco sobre as sociedades locais.

**Palavras-chave:** memória nacional; estado nacional; sociedade global; identidades sociais; patrimônio cultural.

**Abstract:** This article discusses the development of the currents institutional patterns of cultural patrimony protection, presenting some problems that bring new senses to the works that are dedicated to the social memory, especially on countries like Brasil. Those patterns, with the construction of the National State were founded in the citizenship idea and in the national community links. The globalization of the economic, social and cultural relations weakened the role of nations as privileged spaces of social cohesion provoking immediate repercussions in the protection politics to the patrimony. Now, they need to have focus on the local societies

**Key words:** national memory; national state; global society, social identities, cultural patrimony.

As idéias aqui apresentadas baseiam-se no seguinte pressuposto: preservar a memória significa, sempre, construir memória. E como ocorre em toda construção, essa atividade humana envolve os julgamentos e as escolhas que sustentam a produção de bens simbólicos. Em última instância a construção da memória compõe os processos que realizam a produção sistemática de novas celebrações que passam a conviver com marcos temporais e temas demarcadores preexistentes.

As celebrações são formas de perpetuar valores, saberes, modos de viver, criações artísticas, hábitos, enfim fatos considerados fundantes e reveladores de um tempo, de uma sociedade e de suas mais caras convicções.

Se esse posicionamento estiver correto e puder ser considerado como uma forma de abordar as práticas sociais de proteção/preservação dos registros documentais e dos testemunhos da vida humana, é possível então apontar, sob essa perspectiva, algumas questões que atingem a concepção e o funcionamento das instituições dedicadas à memória, neste caso com ênfase para o Brasil.

### **Modelos institucionais de proteção ao patrimônio e preservação da memória**

Desde a formação do Estado Nacional ocorrida nos quadros da Revolução Francesa, a sociedade contemporânea esteve marcada pela criação e desenvolvimento, junto ao poder público, de três modalidades institucionais de preservação da memória: os arquivos, as bibliotecas e os museus nacionais. Mesmo considerando as inúmeras particularidades que tais instituições adquiriram na prática, ao longo do tempo, esse modelo foi instituído em todos os países do ocidente, integrando a estrutura de organização do aparelho de estado. Assim, ao mesmo tempo em que se formavam os exércitos nacionais eram criadas essas entidades destinadas à preservação de documentos e testemunhos da história percorrida pelas diversas nações. Nesse sentido, basta lembrar a criação dos Arquivos Nacionais de França por ato da Assembléia Constituinte de 1793, ou mesmo do Arquivo Nacional do Brasil que, embora criado em 1838, já estava previsto em nossa primeira carta constitucional, a de 1824.

Esse modelo institucional trazia em seu bojo a intenção de preservar e organizar documentos e informações estratégicas para fundamentar as idéias de nacionalidade e, ao mesmo tempo, para assegurar o acesso à informação social, indispensável à soberania e à autonomia dos povos. Desde o início, portanto, o modelo esteve referido à idéia de cidadania e ao sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional.

Aos arquivos públicos atribuiu-se a missão de guardar e tornar disponível a escrita do Estado - os registros das ações do poder público nas suas diversas instâncias - possibilitando a preservação e o acesso das informações institucionais oficiais, sem o que os direitos e deveres do Estado e do cidadão perderiam suas bases probatórias.

As bibliotecas nacionais ficaram encarregadas de guardar e preservar o patrimônio intelectual produzido e publicado em território nacional, além da missão de reunir tudo o que tivesse sido publicado em outros países sobre aquela nação. Por último cabia-lhes reunir obras estrangeiras de interesse nacional relacionadas aos vários campos do conhecimento e da criação literária.

Da mesma forma foram definidas as funções dos museus nacionais. A eles coube a tarefa de preservar exemplares da cultura material nacional relativos à sua trajetória social, política e cultural. Aos seus acervos de caráter histórico somavam-se as coleções de

exemplares do mundo natural, cobrindo especialmente a fauna, a flora e o reino mineral circunscrito pelo território das nações recém criadas. Neste caso pode-se observar com mais detalhe o amplo escopo documental abarcado pelas instituições públicas voltadas para a memória nacional. Os símbolos de nacionalidade incluíam também as características físicas particulares de cada território, categoria essencial para a geração da idéia de nação, envolvendo ideologias geográficas e projetos nacionais<sup>1</sup>.

Até hoje, apesar de todas as transformações ocorridas, este modelo ainda prevalece na sociedade ocidental contemporânea.

Como uma quarta modalidade institucional os centros de documentação apareceram mais tarde, passando a afirmar-se a partir da segunda metade do século XX, operando como recurso sistemático de produção de informações. Foram instituídos em decorrência das necessidades geradas pela especialização do conhecimento. No caso dos centros de documentação voltados para a história e a pesquisa social, a produção e análise de informações foram e são tão importantes quanto a preservação de acervos documentais e de novos documentos de valor histórico, como os arquivos de história oral, por exemplo. Os centros de documentação e memória destacam-se pelas ações sobre os conjuntos documentais (arquivos e coleções) de natureza privada, uma vez que os documentos públicos encontram-se sob a proteção dos arquivos públicos nacional, estaduais e municipais.

Nesse ponto chamo a atenção para o fato de que tais instituições, as chamadas instituições-memória, alcançam esse estatuto não apenas pela atribuição fundamental que receberam como guardiãs do patrimônio, enquanto depositárias de documentos. Esta posição se deve ao fato de que essas instituições são socializadoras de conjuntos de valores, tradicionais ou novos. E como instituições socializadoras de informações e valores, aproximam-se das entidades educacionais e das de produção editorial, formando espaços de transmissão do saber consagrado, constituindo-se como fontes de legitimidade<sup>2</sup>. Revelam concepções de mundo, como mostrou Bourdieu<sup>3</sup>, que adquirem materialidade, como na escolha dos objetos, revelando distinções sociais. Trata-se, em suma, dos “quadros sociais da memória”, conceito formulado e desenvolvido por Halbwachs<sup>4</sup>.

Por isso, em decorrência de sua própria natureza, as instituições memória ainda hoje estão presas aos modelos definidos na formação dos Estados Nacional. Em países como o Brasil, calcados na fórmula federativa, observa-se a reprodução dessas especializações institucionais federais na estrutura governamental dos estados e dos municípios.

No entanto, a natureza desses modelos não se refere apenas à questão da estrutura organizacional dessas instituições. Tão ou mais importante é a abordagem dos registros documentais, no sentido mais abrangente do termo *documento*, que abarca desde o texto escrito de uma carta até as obras artísticas e as edificações. A preservação dos registros documentais, mesmo quando ressaltado o seu valor social local, está sempre remetida à idéia

de memória nacional, calcada no conceito de história enquanto visão do passado, pressupondo um passado comum cujo valor estaria fundamentado na participação das comunidades locais no processo de construção e de manutenção da integridade nacional.

São muitas as explicações a que se pode recorrer para aprofundamento deste tema. Entre elas é indispensável lembrar o lugar que a história ocupou na formação das nações. No século XIX a História, como matéria acadêmica, assumiu um lugar de destaque no conjunto das ciências sociais. O papel que representou na constituição dos Estados modernos foi um traço característico dessa ascensão, articulada à discussão da questão nacional.

Debruçado sobre o assunto, Hobsbawm<sup>5</sup> comenta sobre o que chamou de epidemia de historiadores que tomou conta da Europa na primeira metade do século. Observou que esse patamar alcançado pela disciplina histórica não seria o resultado mais importante na história das ciências sociais, naquele momento:

Os resultados mais duradouros deste despertar histórico se deram no campo da documentação e da técnica histórica. Colecionar relíquias do passado, escritas ou não, se transformou em uma paixão universal. Talvez, em parte, fosse uma tentativa de salvaguardá-las contra os ataques do presente, embora o nacionalismo provavelmente fosse seu mais importante estímulo: em nações até então adormecidas, os historiadores, os lexicógrafos e os colecionadores de canções folclóricas foram muitas vezes os verdadeiros fundadores da consciência nacional<sup>6</sup>.

Para o autor, o maior desdobramento dessa ascensão foi a criação de instituições ou a produção de fontes de pesquisa, que acabaram realizando a tarefa de viabilizar as histórias nacionais. Diz então:

...foi assim que os franceses criaram sua *École des Chartes* em 1821, os ingleses, o Departamento de Registros Públicos em 1838, e os alemães começaram a publicar a *Monumental História Alemã*, em 1826, enquanto a doutrina de que a história devia-se basear na escrupulosa avaliação dos documentos originais era lançada pelo prolífico Leopold von Ranke (1795-1886) (Idem).

Esse foi então o momento em que surgiram na Europa as instituições magnas encarregadas de proteger, guardar e manejar o patrimônio documental. Além da emergência dos arquivos, bibliotecas e museus nacionais, foram criados institutos históricos e entidades congêneres, também de caráter nacional. Por meio dessas instituições se realizaria, como questão de estado, a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais.

O Brasil não fugiu à regra. A produção historiográfica se fará, de início, fora do espaço das universidades, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (que será a base para a

formação dos futuros institutos históricos estaduais), onde se realizou a discussão da questão nacional dirigida para a gestação de um projeto que pudesse dar conta “da gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso”.<sup>7</sup>

O advento do regime republicano trouxe à tona, novamente, a questão da autonomia e, portanto, das identidades regional e local. A questão da territorialidade embutida nas disputas pela autonomia dos estados, associada ao tema recorrente da unidade nacional, reaparece nítida nesse conjunto institucional, ampliado para acompanhar o reaparelhamento do Estado no novo regime.

Especialmente entre 1937 e 1945 - durante o primeiro governo Vargas e em um quadro de reordenamento do espaço nacional ocorrido por conta do processo de colonização interna por que passava o país - o conhecimento e a construção das identidades locais serão a base para novas ações do poder público, no sentido de centralizar o saber histórico, descentralizando o reconhecimento de seus fundamentos, e de selecionar os bens - testemunho da nação, descentralizando, conforme os interesses políticos centrais, sua localização e preservação<sup>8</sup>.

Quanto a esse aspecto, é importante refletir sobre a relação desse processo com a criação de agências especialmente voltadas para a construção das identidades históricas totalizadoras e integradoras - como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN -, capazes de absorver e incorporar as diferentes configurações locais/regionais, alimentando com uma nova identidade os movimentos das migrações internas. Esta reflexão, se levada adiante, pode dar novo sentido à análise dos mecanismos institucionais de interiorização das representações simbólicas da nação, legitimadoras do novo Estado. De outro lado, a nacionalidade, fundando-se na exteriorização das identidades regionais/locais, fechava o círculo num movimento recíproco de realimentação: o local tornado nacional.

O papel que desempenharam as instituições de guarda patrimonial nesse mecanismo aponta para a possibilidade de associar as políticas de proteção do patrimônio que se seguiram, chegando até nossos dias, ao desenvolvimento paralelo do conceito de território e de cultura nacional, tornando possível o movimento de realimentação região- nação, exteriorização- interiorização.

Nos anos de 1970, muitas mudanças ocorreram na abordagem do patrimônio nacional. Foram, no entanto, alterações que não modificaram profundamente esse padrão de entendimento até aqui descrito. Na verdade, a principal novidade foi a incorporação, ao discurso e à prática do patrimônio, do conceito de pluralidade cultural<sup>9</sup>, que ampliou definitivamente o universo dos bens aos quais as políticas de preservação deveriam destinar sua atenção. Na formulação e na prática da política cultural foram introduzidas as noções de memória e bem cultural. Esta concepção viabilizou a descentralização da função de proteção

do patrimônio, que ainda se encontrava em processo, bem como a ampliação do escopo dos bens patrimoniais tradicionalmente objeto dessa política.

A Constituição de 1988 e os atos legais subseqüentes de regulamentação reconheceram esse novo aparato conceitual, estendendo-o inclusive para os bens culturais imateriais, conhecidos também como patrimônio intangível. O reconhecimento da pluralidade cultural em suas diferentes formas de expressão e de transmissão, baseado principalmente nas novas tendências da pesquisa historiográfica e das abordagens antropológicas sobre a interpretação das culturas, foi evidentemente um avanço notável para as políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil, incluindo as diretrizes que envolvem a formulação das políticas públicas municipais na esfera cultural. No entanto, apesar de todo o processo de descentralização decorrente, ainda se observa a abordagem das particularidades e do universo local remetida à categoria legitimadora do espaço e da cultura nacional.

### **Memória nacional, identidade local e sociedade global**

Para esclarecer melhor a afirmação anterior é importante pontuar algumas características que marcam a sociedade global calcada na informação e nas diversas tecnologias a ela ligadas.

Sobre essa temática há vasta bibliografia publicada, pois é difícil realizar qualquer tipo de estudo ou reflexão sobre a sociedade contemporânea sem levar em conta esse assunto, que apresenta a meu ver, para as finalidades desta exposição, os seguintes pontos essenciais: são as tecnologias de informação que viabilizam a sociedade global; são elas também que têm determinado muitas de nossas formas de socialização de testemunhos e valores (se tomarmos Milton Santos<sup>10</sup> como referência, conclui-se que vivemos sob sua tirania); elas determinam a natureza das informações dadas a público.

A partir do seu uso em massa, foram criadas novas identidades sociais que contrariam os modelos nacionais que, até então, nortearam a construção dos valores e sentimentos de pertencimento das sociedades. Hoje os valores globais predominam sobre os nacionais, processo que vem sendo chamado de “desterritorialização”.<sup>11</sup>

Nesse sentido, Ortiz argumenta que as transformações recentes nos levam a ter de lidar com o conceito de sociedade global<sup>12</sup>. Diz ele que, dentro dessa totalidade, nos processos de internacionalização (que diferencia de globalização, particularmente para se pensar os processos culturais), a problemática nacional adquire um outro e novo sentido. O contraponto do global, no que tange às identidades sociais, estaria no universo local e não no nacional. Pode-se concluir então, sob essa perspectiva, que a noção do outro, essencial na construção de identidades, se transforma. A presença das tradições populares se exerceria, portanto,

como *fato local*, perpassadas agora pela totalidade das relações capitalistas. A modernidade, ao romper com a “geografia” tradicional, está criando outros limites: *Do ponto de vista de uma civilização mundial, as nações deixam de se constituir em espaços hegemônicos de coesão social. A mundialidade começa a superá-las.*<sup>13</sup>

A elaboração conceitual de Ortiz, que estabelece as relações entre o local e o global, está sintetizada na seguinte afirmação:

O processo de mundialização é um fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais. Para existir ele deve se localizar, enraizar-se nas práticas cotidianas dos homens, sem o que seria uma expressão abstrata de relações sociais. Com a emergência de uma sociedade globalizada, *a totalidade cultural remodela, portanto, sem a necessidade de raciocinarmos em termos sistêmicos, a “situação” na qual se encontravam as múltiplas particularidades.*<sup>14</sup>

Na mesma linha de entendimento, na apresentação do livro “O espaço da diferença” Antonio Augusto Arantes abre seu texto com a seguinte afirmação: *Uma das principais características da vida contemporânea é o grau com que as práticas sociais são permeadas por informações, princípios éticos e argumentos construídos em espaços sociais mundializados*<sup>15</sup>. Mais adiante, volta sua atenção para o que chamou de “cenário de flexibilidade e de questionamento da tradição”, composto por fronteiras ambíguas, permeáveis e móveis no que diz respeito a categorias como nacionalidade, etnia, classe, gênero, raça, condição profissional entre outras, que já não mais situam socialmente os indivíduos, de forma clara e previsível. Apesar disso, afirma que esse cenário *freqüentemente inclui o fortalecimento local dos movimentos sociais perante uma esfera pública mundializada, não produzindo necessariamente o desenvolvimento dos valores democráticos e a universalização dos direitos de cidadania*<sup>16</sup>.

Com base nesses autores e em suas reflexões, trazendo este conjunto conceitual para as práticas de trabalho desenvolvidas nas instituições que lidam com a memória social (coletiva e histórica), ficam em aberto, as seguintes questões:

1. É inegável a necessidade de enfatizar o universo municipal para a consolidação das práticas democráticas. Isto depende, em grande parte, do esforço das instituições e entidades que atuam nos municípios (ligadas ao patrimônio cultural, à educação e à cultura), para:
  - pensar os modelos de trabalho sobre os quais atuam, tanto em termos de sua estrutura organizacional como em relação à abordagem do patrimônio local;

- promover a criação e o funcionamento adequado de conselhos municipais. Formados por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e do poder público municipal, resultarão na formulação de políticas públicas de caráter preservacionista capazes de identificar os valores locais (não homogêneos), seus conflitos, suas particularidades, redimensionando e relativizando o processo de desterritorialização;
- 2. As pesquisas voltadas para a história local estão sendo devidamente valorizadas, particularmente no que se refere à pesquisa histórica? Não me refiro aqui às práticas de trabalho no âmbito da micro-história, devidamente discutidas, mas ao valor que tem sido atribuído à pesquisa local, independentemente de um significado “maior” que esses estudos apresentem para uma região ou para a nação.
- 3. Essas pesquisas envolvem, para sua realização, o desenvolvimento dos trabalhos de seleção, registro, preservação e organização de conjuntos documentais, testemunhos da vida local. Os critérios de seleção de bens culturais e de documentos para preservação, de produção de novos documentos e informações, têm levado em conta as reflexões anteriormente referidas? Ou ainda se mantêm presos a uma visão que mantém as relações costumeiras estabelecidas entre o local e o regional/nacional, visão que também pode excluir a dinâmica social, preservando apenas o que é “autêntico” e não contaminado por outras realidades culturais?

Lembro, nesse sentido, as idéias defendidas por Doreen Massey (In: Arantes, 2000, p. 185) sobre a importância da singularidade de um lugar mas, ao mesmo tempo, da necessidade de um entendimento progressista do “lugar”. Diz ela que a globalização não acarreta simplesmente a homogeneização: *Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (de reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar. Conclui seu artigo afirmando que é preciso buscar um sentido do lugar, um entendimento de “seu caráter”, que só pode ser construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares. Um sentido progressista do lugar reconheceria isso, sem se sentir ameaçado. Parece-me que precisamos de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar*<sup>17</sup>.

E por último: sob a perspectiva apresentada, que celebrações queremos criar e promover?

**Notas**

- 
- <sup>1</sup> Para uma aproximação temática lembro o trabalho de Antonio Carlos Robert de Moraes, *Território e História no Brasil*, 2002. As entrevistas realizadas com Milton Santos, publicadas sob o título de *Território e Sociedade*, 2000, também sugerem interfaces muito instigantes para aprofundar o estudo das relações entre memória, espaço e territorialidade.
- <sup>2</sup> Renato Ortiz, *Mundialização e cultura*, 1994, especialmente o capítulo VI (Legitimidade e estilos de vida), p.183. Entre seus outros trabalhos destaco ainda *Cultura brasileira e identidade nacional*, 1985 e *A moderna tradição brasileira*, 1988.
- <sup>3</sup> P. Bourdieu, *La distinction*, 1979, apud Renato Ortiz, *Mundialização e cultura*, ob. cit.
- <sup>4</sup> Halbwachs, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925 e *A memória coletiva*, 1990.
- <sup>5</sup> HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- <sup>6</sup> Idem, ibidem, p. 309.
- <sup>7</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 8.
- <sup>8</sup> Algumas idéias sobre esse assunto foram apresentadas no capítulo III de minha tese de doutoramento *À margem do patrimônio cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980)*, p. 98-107.
- <sup>9</sup> Graças às idéias e à ação de Aloisio Magalhães e do grupo de intelectuais a ele ligado, que criaram o Centro Nacional de Referência Cultural, A Fundação Nacional Pró-Memória e prepararam as reformas dentro do antigo MEC-Ministério da Educação e Cultura, que culminaram na separação das atividades de preservação e ação cultural, materializada na criação do Ministério da Cultura.
- <sup>10</sup> SANTOS, M. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- <sup>11</sup> Na obra citada Milton Santos trata do assunto especialmente no capítulo IV “O território do dinheiro e da fragmentação”, p. 79-116, destacando-se o item 18 (A esquizofrenia do espaço), p.112-116. Renato Ortiz também aborda a questão no capítulo IV (Uma cultura internacional-popular) de seu ensaio *Mundialização e cultura*, p. 105-146.
- <sup>12</sup> O autor faz essas afirmações na obra *Mundialização e cultura*, especialmente o capítulo 1 “Cultura e sociedade global”, p.13-34.
- <sup>13</sup> Idem, “Digressões finais”, p. 219.
- <sup>14</sup> Idem, p.31.
- <sup>15</sup> ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000, p. 219.
- <sup>16</sup> Idem, p. 7-8.
- <sup>17</sup> Arantes, op.cit., p. 185